



Número: **5000261-75.2020.4.03.6104**

Classe: **AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO**

Órgão julgador: **6ª Vara Federal de Santos**

Última distribuição : **10/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0198/2018**

Assuntos: **Crime Contra a Administração da Justiça - Lei da Ação de Alimentos**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PR/SP (AUTOR)			
ANDERSON DALECIO FELICIANO (REU)		ARTHUR FERREIRA JUNQUEIRA ALVES DE SOUZA (ADVOGADO) ROBERTO LEMOS MONTEIRO DA SILVA (ADVOGADO) RAMON ARNUS KOELLE (ADVOGADO)	
ANDREIA BARBOSA DA SILVA (REU)		ARTHUR FERREIRA JUNQUEIRA ALVES DE SOUZA (ADVOGADO) ROBERTO LEMOS MONTEIRO DA SILVA (ADVOGADO) RAMON ARNUS KOELLE (ADVOGADO)	
EDIANE APARECIDA DO NASCIMENTO (REU)		GERALDO ANTONIO MAREGA JUNIOR (ADVOGADO)	
GUILHERME CASTRO BOULOS (REU)		BRUNA ASSEF QUEIROZ E SOUZA (ADVOGADO) LYZIE DE SOUSA ANDRADE PERFI (ADVOGADO) GUILHERME SILVEIRA BRAGA (ADVOGADO) ALEXANDRE PACHECO MARTINS (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
45862 811	25/02/2021 00:20	Decisão	Decisão



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

INQUÉRITO POLICIAL (279) Nº 5000261-75.2020.4.03.6104 / 6ª Vara Federal de Santos
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PR/SP

INVESTIGADO: ANDERSON DALECIO FELICIANO, ANDREIA BARBOSA DA SILVA, EDIANE APARECIDA DO NASCIMENTO, GUILHERME CASTRO BOULOS
Advogados do(a) INVESTIGADO: ARTHUR FERREIRA JUNQUEIRA ALVES DE SOUZA - SP390991, ROBERTO LEMOS MONTEIRO DA SILVA - SP310375, RAMON ARNUS KOELLE - SP295445
Advogados do(a) INVESTIGADO: ARTHUR FERREIRA JUNQUEIRA ALVES DE SOUZA - SP390991, ROBERTO LEMOS MONTEIRO DA SILVA - SP310375, RAMON ARNUS KOELLE - SP295445
Advogado do(a) INVESTIGADO: GERALDO ANTONIO MAREGA JUNIOR - SP331366
Advogados do(a) INVESTIGADO: BRUNA ASSEF QUEIROZ E SOUZA - SP389848, LYZIE DE SOUSA ANDRADE PERFI - SP368980, GUILHERME SILVEIRA BRAGA - SP288973, ALEXANDRE PACHECO MARTINS - SP287370

DECISÃO

(sentença tipo D)

O Ministério Público Federal ofereceu denúncia em desfavor de ANDERSON DALECIO FELICIANO, ANDREIA BARBOSA DA SILVA, EDIANE APARECIDA DO NASCIMENTO, GUILHERME CASTRO BOULOS, e LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, pela prática, em tese, do crime tipificado no Art. 346 do Código Penal (id.26726356).

Decisão de 15/01/2020 designou audiência de oferecimento de proposta de transação penal para a data de 16/07/2020 (id.26951463).

Decisão de 23/01/2020 (id.27255359) determinou o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial em relação aos investigados CÁTIA REJANE LEITE SEABRA, HENRIQUE IGLÉCIO FERNANDES e MARCELO ALVES JUSTO, dando vistas ao parquet federal para manifestação acerca de eventual proposta de transação penal.

Manifestação ministerial requereu o recebimento imediato da denúncia em relação ao corréu LUIZ INACIO LULA DA SILVA, bem como pleiteou o desmembramento do feito no que se refere ao mesmo. Quanto aos corréus ANDERSON, ANDREIA, EDIANE e GUILHERME BOULOS, pugnou pelo prosseguimento deste processo, aguardando-se a vinda de seus antecedentes para avaliar o cabimento ou não da transação penal (id.27512455).

Decisão de 30/01/2020 rejeitou a denúncia em relação ao corréu LUIZ INACIO LULA DA SILVA, designando realização de audiência de transação penal para os demais corréus para a data de 16/07/2020 (id.27640655).

Interposição de recurso em sentido estrito pelo *parquet* federal, em 17/02/2020 (id.28492943).

Decisão de 27/04/2020 recebeu o recurso em sentido estrito e abriu vistas à defesa para contrarrazões (id.31416563).

Juntadas contrarrazões pela defesa de ao corréu LUIZ INACIO LULA DA SILVA (id.32114770).

Decisão de 19/05/2020 desmembrou o feito em relação ao corrêu e determinou seu encaminhamento ao E. TRF3 (id.32398220).

Manifestação ministerial apresenta condições para concessão do benefício de transação penal aos corrêus ANDERSON, ANDREIA e EDIANE, requerendo certidões de objeto e pé relacionadas a processos indicados nas folhas de antecedentes de GUILHERME BOULOS (id.33392399).

Decisão de 09/06/2020 requisitou as certidões de objeto e pé mencionadas nos Processos Criminais nºs0003926.68.2014.8.26.0011 e 0017848.61.2010.8.26.0127, bem como determinou que os acusados ANDERSON DALÉCIO FELICIANO, ANDRÉIA BARBOSA DA SILVA e EDIANE APARECIDA DO NASCIMENTO fossem intimados para se manifestarem acerca de eventual interesse de participar da audiência designada para a data de 16/07/2020 (id.33426162).

Decisão de 13/07/2020 redesignou para 02/09/2020 a audiência agendada para o dia 16/07/2020 (id.35237915).

Manifestação ministerial requereu certidões adicionais (id.35383505).

Com a juntada das certidões adicionais requeridas, o *parquet* federal se manifestou pela extensão do benefício da transação penal também ao corrêu GUILHERME BOULOS (id.35641765).

Juntada aos autos, em 19/08/2020, petição da defesa do corrêu GUILHERME BOULOS, na qual informa a ausência de interesse do corrêu na proposta de transação penal oferecida pelo Ministério Público Federal, requerendo dispensa da audiência previamente agendada e, bem como a rejeição da denúncia nos termos do art. 395, III, do Código de Processo Penal (id.37214117).

Juntada aos autos, em 30/08/2020, petição da defesa dos corrêus ANDERSON DALÉCIO FELICIANO e ANDRÉIA BARBOSA DA SILVA, na qual informam a ausência de interesse do corrêu na proposta de transação penal oferecida pelo Ministério Público Federal, requerendo dispensas da audiência previamente agendada, bem como a rejeição da denúncia nos termos do art. 395, III, do Código de Processo Penal (id.37830097).

Em 02/09/2020, foi realizada, audiência onde os acusados ANDERSON DALECIO FELICIANO, ANDREIA BARBOSA DA SILVA, GUILHERME CASTRO BOULOS rejeitaram a proposta ofertada pelo *parquet* federal. Ausente a corrê EDIANE APARECIDA DO NASCIMENTO (id.38050763.)

Decisão de 05/10/2020 intimou o MPF para manifestação acerca da possibilidade de formalização de Acordo de Não Persecução Penal, com fundamento na Lei 13.964/2019 (id.39581003).

Manifestação ministerial apresentando objeção à possibilidade de formalização de Acordo de Não Persecução Penal (id.39995219).

Juntada aos autos, em 16/10/2020, petição da defesa do corréu GUILHERME BOULOS, na qual informa a ausência de interesse do corréu em relação à possibilidade de formalização de Acordo de Não Persecução Penal (id.40339071).

Decisão de 04/11/2020 determinou que se aguardasse até a data de 04/12/2020, designada para realização de audiência de transação penal referente à corré EDIANE APARECIDA DO NASCIMENTO, para apreciação dos argumentos defensivos referentes ao recebimento da denúncia, tendo em vista o princípio da economia processual (id.41131821).

Juntada aos autos, em 06/11/2020, petição da defesa do corréu GUILHERME BOULOS, na qual requer urgência na apreciação dos argumentos defensivos referentes ao recebimento da denúncia, ante à possibilidade de uso político do processamento deste feito no bojo das eleições gerais (id.41429086).

Manifestação ministerial apresentando objeção à apreciação urgente dos argumentos defensivos referentes ao recebimento da denúncia, considerando que eventual uso político irregular do processamento deste feito poderá ser levada ao Juízo Eleitoral competente (id.41662137).

Decisão de 16/11/2020 determinou o regular prosseguimento do feito (id.41590551).

Juntada aos autos, em 30/11/2020, petição da defesa da corré EDIANE APARECIDA DO NASCIMENTO, na qual informa a ausência de interesse da corré na proposta de transação penal oferecida pelo Ministério Público Federal, requer os benefícios da assistência judiciária gratuita, bem como apresentou álibi que a situava em local diverso na hora dos fatos, pendente confirmação (id.42602610).

Decisão de 30/11/2020 cancelou a audiência agendada para a data de 04/12/2020, abrindo vistas ao *parquet* federal para manifestação (id.42608189).

Manifestação ministerial requerendo a expedição de ofício para confirmação do álibi apresentado pela corré EDIANE APARECIDA DO NASCIMENTO (id.43185742).

Decisão de 18/12/2020 determinou a expedição de ofício ao Liceu Coração de Jesus, solicitando cópia da folha de ponto da corré EDIANE APARECIDA DO NASCIMENTO referente ao mês de abril/2018 (id.43316375).

Com a vinda das informações solicitadas, confirmando o álibi da corré EDIANE APARECIDA DO NASCIMENTO (id.44930549), a defesa requereu sua absolvição (id.42602645), pedido este que foi encampado pelo *parquet* federal, aduzindo que: “*consoante ressaltado na manifestação de Id 43185742, a identificação de EDIANE APARECIDA DO NASCIMENTO, como sendo uma das dezenas de pessoas que invadiram o Edifício Solaris e a unidade autônoma 164-A (Triplex do Guarujá), se deu após minuciosas diligências empreendidas pela Polícia Federal, notadamente a realização de perícia prosopográfica a partir de imagens do local dos fatos e dados obtidos em fontes abertas da internet, que permitiram a elaboração do Laudo Pericial retratado no Id. 26729631, pp. 87/99. Entretanto, como todo trabalho investigativo, é suscetível a erro. Tanto assim, que, como se sabe, o Laudo Pericial goza apenas de presunção relativa, isto é, admite prova em contrário. No presente caso, em que pese a existência de provas quanto à materialidade, os documentos trazidos aos autos pela defesa de EDIANE, bem como os retratados nos Ids 44930771, 44930773, 44930774 e 44930776 afastam os indícios da suposta autoria delitiva a ela atribuída, devendo a peça acusatória ser rejeitada em relação a essa corré*” (id.45777503).

É a síntese do necessário.

Fundamento e decido.

2. A teor da prova documental acostada aos autos, resta incomprovada a participação de EDIANE APARECIDA DO NASCIMENTO no delito a ela imputado na inicial.

3. Impõe-se, assim, a absolvição da acusada EDIANE APARECIDA DO NASCIMENTO, da prática do delito previsto no Art. 346 do Código Penal (id.26726356), com fundamento no Art.386, inciso IV do Código de Processo Penal.

4. Pelo exposto, decreto a ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA da acusada EDIANE APARECIDA DO NASCIMENTO, com fundamento no artigo 386, inciso IV, do Código de Processo Penal.

5. No que se refere aos demais acusados, não obstante os argumentos defensivos apresentados, verifico que a denúncia ofertada narra fatos em tese típicos e descreve de forma minudente as condutas imputadas aos denunciados, havendo correlação lógica com o pedido, pelo que se encontra formalmente em ordem.

6. Assim, RECEBO a denúncia, uma vez que preenche os requisitos legais estabelecidos no Art. 41 do Código de Processo Penal e veio acompanhada de peças informativas que demonstram a existência

de justa causa para a persecução penal, os Laudos Periciais inclusos no IPL n.198/2018, e demais documentos e depoimentos juntados nestes autos, não se vislumbrando **prima facie** causas de extinção da punibilidade ou de excludentes da antijuridicidade.

7. Citem-se os corréus para, se quiserem, oferecer resposta à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP. Cientifique-os, ainda, que se desejarem ser dispensados dos demais atos processuais, seus causídicos deverão manifestar-se, expressamente, neste sentido; bem como que, decorrido o prazo sem manifestação, ser-lhes-ão nomeados defensores dativos.

8. Retifique-se a classe processual, na categoria de ação penal.

Prossiga-se.

Ciência ao MPF.

Santos, na data da assinatura eletrônica.